IDENTIDADE NACIONAL E MEMÓRIA HISTÓRICA: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO ESCOLAR

Mariana Ferraz de Melo Agostinho (PIC/UEM), Daniel Longhini Vicençoni (Orientador), Marli Delmonico de Araujo Futata (Coorientadora). E-mail: 116762@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Cianorte, PR.

EDUCAÇÃO / HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Palavras-chave: História da Educação; Proclamação da República; Formação Escolar.

RESUMO

Esta pesquisa analisou a construção simbólica da identidade nacional brasileira durante a Primeira República (1889–1930) e seus reflexos na formação escolar, com ênfase no ensino de História. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa histórica, bibliográfica e documental, fundamentada principalmente nas obras *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* e *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, de José Murilo de Carvalho. A análise evidenciou que a implantação da República ultrapassou a mudança institucional do regime monárquico, exigindo a elaboração de símbolos, heróis, datas cívicas e narrativas destinadas a legitimar a nova ordem política e fortalecer o pertencimento à nação. Observou-se que personagens como Tiradentes, assim como a bandeira, o hino e as comemorações cívicas, foram mobilizados na constituição de um imaginário republicano. Contudo, a pesquisa também identificou uma contradição entre a imagem de unidade nacional difundida pelo novo regime e a permanência de desigualdades sociais, raciais e políticas, que mantiveram grande parte da população distante da cidadania efetiva. Concluiu-se que o ensino de História participa da circulação dessas representações, podendo reproduzir narrativas celebrativas ou problematizá-las a partir dos conflitos, das disputas de memória e dos grupos historicamente silenciados na formação da sociedade brasileira.

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa foi analisar como a construção simbólica da identidade nacional brasileira, iniciada na Primeira República (1889–1930), influenciou a formação da psique coletiva do país e como foi transmitido à infância e juventude por meio do ensino de História.

O fim do período imperial no Brasil foi marcado por diversas crises internas que, em grande medida, acentuaram a decadência do regime monárquico. Desde a

ausência de integração social dos negros recém-libertos até a persistência em manter uma economia baseada no latifúndio, diversos fatores evidenciaram e agravaram as contradições daquele período (Splendor, 2017).

A História ensinada nas escolas cumpriu — e ainda cumpre — um papel que vai além da mera transmissão de fatos: ela produz sentidos, identidades e emoções. O que a escola escolhe lembrar, celebrar ou esquecer influencia diretamente como os indivíduos compreendem a si mesmos como parte de uma coletividade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente, a pesquisa se vinculou ao estudo histórica e bibliográfica. Foram examinadas obras historiográficas e textos teóricos relacionados à Primeira República, à memória coletiva, ao imaginário social, à identidade nacional e ao ensino de História. Entre os principais referenciais utilizados, destacaram-se as obras *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, de José Murilo de Carvalho (1987), e *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, do mesmo autor (1990).

Ou seja, a pesquisa buscou analisar as produções bibliográficas sobre o período estudado, sem, necessariamente, realizar um estudo documental a partir de uma fonte específica. A proposta foi, justamente, ampliar a compreensão sobre o contexto da transição do Império para a República.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proclamação da República, em 1889, marcou uma transformação significativa na organização política brasileira. A mudança do regime monárquico para o republicano, entretanto, não representou apenas uma alteração institucional. A implantação da República também envolveu a necessidade de estabelecer novas formas de representação política, novos símbolos e novas imagens capazes de conferir legitimidade ao regime e produzir sentidos relacionados à ideia de nação brasileira.

Em *Os bestializados*, Carvalho (1987) analisa a implantação da República a partir da experiência da população do Rio de Janeiro, destacando a relação entre os habitantes da cidade e o novo regime político. A obra permite problematizar a ideia de que a proclamação da República teria representado automaticamente uma ampliação da participação popular na política brasileira.

Essa perspectiva foi importante para a pesquisa porque permitiu compreender que a construção de uma identidade nacional não pode ser analisada apenas a partir dos discursos oficiais produzidos pelo Estado ou pelas elites políticas. É necessário considerar também as relações estabelecidas entre a população e as instituições republicanas, bem como os limites da participação política no período.

A expressão “bestializados”, utilizada por Carvalho a partir de uma observação sobre a reação popular diante da proclamação da República, contribui para problematizar a relação entre a população e o acontecimento que marcou o início do novo regime. A população não pode ser simplesmente compreendida como

espectadora passiva de todo o processo, mas sua relação com a política republicana apresentava características próprias, marcadas por diferentes formas de participação, negociação e resistência.

Enquanto *Os bestializados* permitiu compreender a relação entre sociedade e República, *A formação das almas* direciona a análise para outra dimensão fundamental: a construção do imaginário republicano. Em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, Carvalho (1990) demonstra que a consolidação do novo regime também ocorreu no campo simbólico. A República precisava produzir referências capazes de representar o novo sistema político e diferenciá-lo do período monárquico.

A escolha de determinados personagens como heróis nacionais e a construção de determinadas interpretações sobre os acontecimentos políticos demonstram que a memória sobre a República não é neutra. Diferentes grupos participaram de disputas pela definição de quais acontecimentos deveriam ser lembrados e quais personagens deveriam ocupar lugar de destaque na memória nacional.

Nesse sentido, a construção simbólica da República relaciona-se diretamente à formação da identidade nacional. A escolha de símbolos e personagens contribui para estabelecer referências por meio das quais os indivíduos podem interpretar seu pertencimento a uma determinada comunidade nacional. A identidade brasileira, portanto, pode ser compreendida também a partir das representações construídas historicamente sobre o país e sobre seus acontecimentos fundadores.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou que a Proclamação da República, em 1889, representou mais do que uma alteração no regime político brasileiro. A consolidação do novo governo também dependeu da elaboração de símbolos, heróis, datas cívicas e narrativas capazes de legitimar a República e fortalecer a ideia de pertencimento nacional.

A articulação entre *A formação das almas* e *Os bestializados* permitiu compreender a contradição existente entre a produção de uma imagem de unidade nacional e a realidade social da Primeira República. Enquanto os grupos dirigentes procuravam difundir valores associados à liberdade, à cidadania e ao patriotismo, grande parte da população permaneceu afastada dos espaços formais de participação política. Os limites da cidadania republicana, as desigualdades sociais e a exclusão de grupos historicamente marginalizados evidenciaram que a construção simbólica da República não correspondeu, necessariamente, à efetivação de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SPLENDOR, L. A. **A supremacia dos interesses:** a manutenção da relação de proximidade e colaboração entre Estado e Igreja Católica durante a República da Espada (1889-1894). 2017. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.